



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

PRISCILA GOMES DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A VALORIZAÇÃO
HISTÓRICA E CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO BRAZ**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

PRISCILA GOMES DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A VALORIZAÇÃO
HISTÓRICA E CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO BRAZ**

Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

PRISCILA GOMES DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A VALORIZAÇÃO
HISTÓRICA E CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO BRAZ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês.

Data de aprovação: 01/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Andréia Cardoso Silveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Jorge Garcia Basso

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	6
3	PRESSUPOSTOS	6
4	OBJETIVOS	7
4.1	GERAL	7
4.2	ESPECÍFICOS	7
5	JUSTIFICATIVA	7
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
6.1	CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO	9
6.2	A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	11
6.2.1	Métodos tradicionais	11
6.2.2	A alfabetização atualmente	16
6.3	ALFABETIZAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS	17
6.4	MEMÓRIAS, ORALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL	19
7	METODOLOGIA	21
7.1	TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS	22
7.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO	22
8	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscará compreender como ocorreu o processo de alfabetização dos moradores da comunidade remanescente de São Braz. A comunidade quilombola de São Braz faz parte das comunidades tradicionais do Brasil, cerca de 3.103 certificações de pertencimento de terras quilombolas já foram emitidas pela fundação cultural dos palmares, dentre essas comunidades certificadas se encontra a comunidade quilombola de São Braz que foi certificada no dia 05/05/2009, a comunidade está localizada no distrito da cidade de Santo Amaro-Ba, ficando localizada no recôncavo da Bahia e a aproximadamente 8km de distância da cidade, por ser pequena e rodeada de mar a comunidade também é chamada de vila, a comunidade muda de líder quilombola a cada um ano, podendo ter a recandidatura por mais uma vez.

Segundo o censo do IBGE, no ano de 2022 a cidade de Santo Amaro abrigava cerca de 56 mil habitantes e o estimado para 2025 é de 58.398 habitantes. Conforme os dados de matrículas o IBGE determina que no ano de 2024 o ensino fundamental teve 6.885 alunos matriculados já no ensino médio os dados alcançaram 2.322 alunos, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade chegou 97,63%; a cidade possui cerca de 55 estabelecimentos de ensino fundamental e 8 estabelecimentos de ensino médio, contendo 407 docentes na rede fundamental e 166 no ensino médio.

Mas, precisamos destacar que por alguns anos a comunidade quilombola de São Braz era de aspecto simples, com casas de barro, as ruas majoritariamente sem asfalto, ruas pequenas e abrigando poucos moradores, o sustento do povoado se dava principalmente pela pesca e roça.

Falando especificamente do ensino na comunidade, segundo os relatos prévios de moradores, durante um longo período de tempo só existia uma escola na comunidade que se chamava João Clímaco de Araújo Silva, a escola tinha apenas duas salas e não conseguiam acolher os alunos, era necessário alugar mais dois espaços e mesmo assim não era o suficiente, durante esse período os alunos estudavam por grupo, das oito horas até às dez horas era o primeiro grupo, das dez horas até às doze horas estudava o segundo grupo e em época de chuva o acesso a escola era muito ruim por não ter asfalto na maioria das ruas.

Atualmente, a comunidade possui creche escolar, uma escola de anos iniciais e uma escola que abriga os alunos dos anos finais pela manhã e pela tarde os alunos dos anos iniciais, a creche e a escola voltada para os anos iniciais, possui parque de diversão, é de fácil acesso, professores, auxiliares e uma equipe voltada para acolher e ensinar esses alunos. A escola que

abriga os alunos dos anos finais pela manhã e anos iniciais pela tarde possui professores, gestores, espaço amplo com pátio e é de fácil acesso.

Depois de investigar as informações citadas, buscarei trazer o máximo de informações dos adultos que relataram como foi o processo que viveram na escola e se tiveram a conscientização da importância histórica e cultural que a comunidade possui. É de importância destacar, que estudo o tema por ter curiosidade de entender como a alfabetização ocorria e ocorre em prática na comunidade e por desejar registrar as vivências educacionais dos moradores mais velhos. Todos os levantamentos já colhidos e apresentados serão investigados minuciosamente por meio de entrevistas semiestruturadas na comunidade.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas da comunidade de São Braz para a valorização e fortalecimento da identidade e cultura quilombola?

3 PRESSUPOSTOS

Os moradores alfabetizados de 50 a 28 anos não tiveram nem um tipo de ensino diferenciado voltado para a cultura local ou que falasse da cultura africana de maneira enriquecedora, nessa época a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro não existia, a obrigatoriedade surgiu com a lei 10.639/2003 fazendo com que os alunos aprendam da cultura afro-brasileira e conseqüentemente dos antepassados da comunidade. Já os moradores mais novos de até 27 anos, durante o seu processo de ensino e aprendizagem devem ter o ensino de História e Cultura afro-brasileira, porém, acredito que o assunto só é abordado no dia 20 de novembro e de maneira rasa, falando apenas da culinária, do candomblé e das palavras do vocabulário brasileiro que é de matriz africana.

Essa prática de incluir a cultura apenas no dia 20 de novembro não é o suficiente para tornar uma educação inclusiva e que ensine o devido valor da cultura para os estudantes da comunidade, levando-me a acreditar que os moradores nunca tiveram uma conscientização da importância cultural da comunidade no ambiente escolar de maneira eficaz.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar como as práticas de alfabetização vivenciadas pelos moradores da comunidade quilombola de São Braz contribuíram para a preservação da identidade cultural local.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar como o processo de alfabetização foi vivenciado por diferentes gerações na comunidade;
- Compreender se o processo de alfabetização ajudou na preservação da identidade quilombola de São Braz;
- Analisar as práticas de alfabetização e seu papel na preservação da cultura local.
- Identificar como a identidade cultural quilombola se manifesta ou não nas práticas pedagógicas da escola da comunidade.

5 JUSTIFICATIVA

A comunidade remanescente de São Braz é conhecida pelo samba local, por ser quilombola, por ter muitos marisqueiros e por ser o único local da cidade de Santo Amaro que produz manualmente palitos de churrasco e de queijo. Entretanto, poucos materiais voltados para a educação foram realizados na comunidade e nem um sobre como a educação ajudou na valorização cultural, pensando nisso a presente pesquisa se justifica na necessidade de registrar através da escrita as lembranças do processo de alfabetização dos moradores locais e saber se nesse processo foi conscientizado da importância cultural que a comunidade possui. Nesse sentido, a proposta é trazer detalhes que possam ajudar novos escritores a entender como ocorria o processo de alfabetização na localidade e se as potencialidades locais foram exploradas nesse processo.

Além de valorizar as memórias educacionais, precisamos destacar que esse trabalho é de relevância social, pois ajuda a preservar a história educacional de um grupo minoritário e

contribui para as futuras gerações da comunidade a conhecerem suas raízes e compreender o contexto em que vive.

Neste mesmo sentido, o estudo e os questionamentos, reflexões e conclusões deste estudo podem ajudar na melhoria de políticas públicas voltadas para o acesso à permanência e sobretudo a valorização cultural como patrimônio local.

Tratando da sua importância educacional, durante a pesquisa pode ser pontuado situações de exclusão, desigualdade social, falta de conhecimento histórico do local que podem influenciar na mudança do currículo escolar para promover uma educação mais inclusiva.

A necessidade de materiais que mostrem como a educação marcou e ocorria em uma comunidade tradicional também é de grande importância educacional pela necessidade de registros históricos em comunidades quilombolas para se estudar, os que mais sentem falta de materiais desse porte são os professores da educação escolar quilombola, que necessitam de matérias para compreender como a educação marcou a população local.

Posto isto, o material ajudará outros licenciados a entenderem como a educação marcou e influenciou na valorização da cultura local e poderá ser um aliado do Ministério Público para atuar de forma eficaz.

Quando a pesquisa se inicia, a pesquisa se torna oportuna pelas mudanças que estão ocorrendo na política de educação no país no que se diz respeito ao acesso à educação de jovens de comunidades tradicionais e os jovens sem condições financeiras. As políticas que estão sendo implementadas têm o objetivo de ampliar o conhecimento dos professores para implementar a cultura, história e identidade quilombola, com isto seria interessante identificar como a educação marcou esse grupo.

Por fim, o trabalho será relevante para alunos, escritores, moradores, que se interessarem na temática e para a minha formação enquanto futura pedagoga, o trabalho me auxiliará na melhor compreensão do processo de alfabetização e do letramento na comunidade em questão e em outras com características parecidas.

A pesquisa é exequível na medida em que, existem textos disponíveis para fundamentá-los, a continuidade é acessível para mim, isto porque faço parte dessa comunidade, os potenciais participantes da pesquisa também são pessoas de fácil acesso. O tempo proposto para a execução da pesquisa permite colher informações necessárias para atingir os objetivos traçados.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

Mesmo sendo consideradas parecidas, a alfabetização e o letramento possuem significados diferentes, alguns teóricos não são a favor do termo letramento, outros são, Paulo Freire, Emília Ferreira, Moacir Gadotti, Magda Soares são exemplos de autores que buscam entender e descrever o conceito de alfabetização e serão citados ao longo do trabalho, porém, Paulo Freire é um dos que tem uma visão mais ampla e que defende que a alfabetização vai além dos códigos escritos.

Segundo Freire, apud Gadotti, o conceito de alfabetização pode ser da seguinte maneira.

Possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social" (Freire, 1991, p. 68 *apud* Gadotti)

Essa visão Freiriana mostra que a alfabetização é uma ferramenta essencial para uma transformação e que a partir dela o indivíduo é capaz de desenvolver habilidades de questionamentos e inquietações na sociedade em que ele está inserido.

Rojó (2012) também tem uma visão bem diferente do que os autores mais conservadores, para ela mesmo que o indivíduo não seja alfabetizado ele pode ser inserido no processo de letramento, pois esses indivíduos fazem leituras de imagens, rótulos, gestos e emoções. Seguindo nessa mesma perspectiva, a autora Street (2014, p. 122) tem uma visão semelhante, ela defende que, “[...] existem situações sociais em que o letramento não está associado à escolarização” confirmando que a alfabetização pode ser além dos códigos escritos. Já os autores que possuem uma visão mais conservadora, defendem que a alfabetização e o letramento estão relacionados aos códigos escritos, tendo autor que defende que ambos são semelhantes e inseparáveis, porém, a alfabetização seria o início da codificação e o letramento seria o saber concretizado e de execução diária, como afirma Soares ao falar que.

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (Soares, 2003, p. 40).

Essa abordagem de Soares é relevante para se entender que na perspectiva dela a alfabetização é o início do processo evolutivo do indivíduo, como o letramento está relacionado ao desenvolvimento da habilidade da escrita, leitura e respostas em atividades acadêmicas que foram se desenvolvendo durante o processo de alfabetização, o letramento pode ser considerado como uma asserção gradativa que o indivíduo conquista.

Já na perspectiva de Leal, Albuquerque e Moraes, que seguem a mesma visão de associar aos códigos escritos, eles defendem que.

A alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar crianças, jovens e adultos a ler e escrever. Vista pela ótica do aprendiz, ela consiste no processo de ser alfabetizado, de ser ensinado a ler e escrever [...] a alfabetização é o processo de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão por parte dos sujeitos e dos princípios que regem esse sistema notacional (Leal; Albuquerque; Moraes, 2010, p. 18).

O autor Oliveira amplia um pouco a ideia do que é alfabetização dando foco nas questões práticas e metodológicas, para ele.

Alfabetizar é uma habilidade relativamente simples, mas não trivial. Não fomos programados geneticamente para aprender a ler, mas com um pouco de ajuda conseguimos fazê-lo – e o fazemos com razoável sucesso desde o tempo dos Sumérios, há mais de 3.500 anos, e mesmo antes de termos uma pedagogia da alfabetização ou uma ciência cognitiva da leitura. Isso significa que podemos usar vários métodos para alfabetizar. Da mesma forma que podemos usar vários instrumentos para pregar pregos na parede, inclusive batendo com a cabeça. (Oliveira, 2003 *apud* Pereira, Victoria; Santos; Machado, p. 7)

Posto isto, para alguns autores, o conhecimento acadêmico é importante, mas as habilidades que os indivíduos possuem de conhecer as coisas a partir das imagens também devem ser levadas em consideração, para outros, a alfabetização e o letramento estão interligados e seria apenas o ato de ler e escrever.

Na minha perspectiva, conceituo a alfabetização como uma etapa que o indivíduo compreende e usa o sistema da escrita, desta forma o indivíduo desenvolve a capacidade de ler, escrever e interpretar diferentes obras textuais.

Porém, essa etapa vai além do que o simples domínio das letras e sons, o processo alfabético possibilita que a pessoa utilize a leitura e a escrita como instrumentos de comunicação, expressão, participação social, reivindicação e protesto, além do que, por ser uma das primeiras etapas da aprendizagem formal, essa etapa é fundamental na educação, pois, abre portas para o conhecimento, o pensamento crítico e a autonomia intelectual.

6.2 A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Ao se tratar da alfabetização no Brasil, é importante destacar que a alfabetização surgiu no processo colonial com os padres jesuítas, no contexto em que, segundo Saviani (2008) a educação era restrita, isto é, não se existia a preocupação com a necessidade de todos terem acesso ao conhecimento escolar, deixando de fora a maioria da população; os negros, mestiços e indígenas eram os excluídos.

Durante o período colonial, a educação no Brasil estava ligada à Igreja Católica e era voltada principalmente para a formação religiosa. Os jesuítas desempenharam um papel significativo nesse cenário, estabelecendo Escolas e catequizando os povos indígenas. No entanto, a educação era Restrita a uma elite privilegiada (Saviani, 2008, p. 25).

Após a exclusão do modelo de educação jesuíta, a educação passou a ficar nas mãos do governo real e no ano de 1827 teve uma importante lei aprovada, como afirma Silva.

Buscando cumprir o inciso XXXII, do Art. 179, da Carta de Lei de 25 de março de 1824, aprovado pela Câmara dos Deputados um projeto que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, pela Lei de 15 de outubro de 1827 (Silva, 2021, p 188)

De acordo com o mesmo autor, a lei continha aproximadamente 17 páginas e essa foi a primeira lei da instrução pública do Brasil independente, pretendia-se também com a lei contribuir com o processo civilizatório da população, como a lei previa a criação de escolas primárias, ela contribuiu para a expansão do ensino.

6.2.1 Métodos tradicionais

Em termos práticos, com a educação deixada pelos Jesuítas, surgiu novos métodos educacionais, cada método caracterizando-se de maneira diferente e na maioria dos métodos as cartilhas foram o material didático fundamental para auxiliar os educadores em sala.

Um dos métodos de alfabetização mais tradicional é o sintético, segundo o texto de Pereira, Victoria, Santos e Machado (2013) este método consistia-se em aprender do mais fácil até o mais complexo e dentro dele temos o método alfabético ou soletração, método fonema e o método silábico. Cada método possui suas particularidades como mostra a seguir.

Na perspectiva desses autores, o método da alfabetização ou soletração também parte da aprendizagem gradativa em que os alunos vão aprendendo e decorando do mais simples até

o mais complexo, seguindo o método sintético que é o seu ponto de partida, desta maneira este método

Tem como princípio que a leitura parte da decoração oral das letras do alfabeto, depois, todas as suas combinações silábicas e, em seguida, as palavras. A partir daí, a criança começa a ler sentenças curtas e vai evoluindo até conhecer histórias. Por este processo, a criança vai soletrando as sílabas até decodificar a palavra (Pereira; Vitória; Santos; Machado, 2013, p. 6)

Outro método que cabe ressaltar é o fonema, este método segue o sintético de começar do mais simples para o complexo, como o próprio nome já diz, este método prioriza o som, com isto, “Primeiro são ensinados as formas e os sons das vogais, depois são ensinadas as consoantes, sendo, aos poucos, estabelecidas relações mais complexas” (Pereira; Vitória; Santos; Machado, 2013, p. 7). Desta forma, neste método os alunos não só iram conhecer as letras de início como no método anterior, mas, iriam conhecer cada som neste processo e quando passar a aprender as coisas mais difíceis poderão fazer ligações e relações mais complexa.

Já no método silábico, segue o método sintético mais com características diferentes, “a sílaba é considerada o seguimento sonoro para ser estudado. Vale ressaltar que a diferença deste método é que nele,

O aluno aprende inicialmente as sílabas, a combinação entre elas e chega à palavra. Por este método, a aprendizagem é feita primeiro através de uma leitura mecânica do texto, com a decifração das palavras, vindo posteriormente a sua leitura com compreensão. (Pereira; Vitória; Santos; Machado, 2013, p. 8)

Nesses métodos de ensino podemos criticá-los com base em alguns estudiosos, pela falta de cultura inserida e por incentivar os alunos a memorizar; essa memorização das letras pode ser considerada uma educação mecânica ou bancária. observe o que Paulo Freire fala sobre a educação bancária.

[...] uma das características desta educação dissertadora é a "sonoridade" da palavra e não sua força transformadora[...] No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, porque fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser educadores e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão de educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. (*sic*) (Freire, 2005, p. 66-67).

Como mencionado, nesse modelo não havia a perspectiva de valorização da realidade e do contexto cultural dos alunos e apenas a reprodução era o suficiente, dessa maneira, o saber concreto não era levado em consideração e os alunos aprendem as sílabas mas não são capazes

de desenvolver de imediato frase coerente, na medida em que muitas são desconexos do mundo vivido por eles, além disso, nesse modelo de educação se tinha uma concepção que a aula só ocorria em sala, o aluno aprenderia o assunto, faria a atividade e haveria a correção, seguindo assim esse ciclo onde os alunos não tinham margem a erros, não tinha a sua cultura e conhecimento prévio inserido no ambiente escolar. Hoje, muitos criticam esse método principalmente por defender que em todo momento acadêmico os alunos devem aprender os assuntos como seres pensantes, ativamente e têm que ter a sua cultura prévia inserida.

O escritor Piaget no ano de 1971 também seguiu essa mesma perspectiva, pois, defende que o conhecimento não pode ser simplesmente transmitido de uma pessoa para a outra como se as pessoas fossem objetos e não tivessem os seus próprios pensamentos, ou seja, o indivíduo deve ser considerado como ser ativo na produção do conhecimento que se dá na interação com o meio. Ausubel (2003) também era contra a aprendizagem mecânica; ele achava que era um tipo de educação de memorização e que não estava ligada à educação prévia dos discentes. Por ter essa visão, ele se tornou representante da aprendizagem significativa e defende que a aprendizagem deve estar ancorada, como diz a seguir.

Por conseguinte, parece aparente que não só a presença de ideias ancoradas claras, estáveis, discrimináveis e relevantes na estrutura cognitiva é o principal fator de facilitação da aprendizagem significativa, como também a ausência de tais ideias constitui a principal influência limitadora ou negativa sobre a nova aprendizagem significativa. Um destes fatores limitadores é a existência de ideias preconcebidas erradas, mas tenazes. Contudo e infelizmente, tem-se feito muita pouca investigação sobre este problema crucial, apesar do fato de que a não aprendizagem de ideias preconcebidas, em alguns casos de aprendizagem e retenção significativas, pode muito bem provar ser o único e mais determinante e manipulável fator na aquisição e retenção de conhecimentos de matérias (Ausubel, 2003, p. 155, *apud* Bonfim; Santos; Lima, 2014).

Precisamos ressaltarmos que no método sintético as cartilhas são usadas como material didático. Uma das cartilhas que utiliza o método sintético é a cartilha da infância, segundo o estudo de Apolinário (2012) foi publicada em 1939, a sua 141ª edição, e foi escrita por Tomaz Galhardo, porém, ela foi ampliada e modificada pelo professor Romão Puiggari e publicada pela livraria Francisco Alves.

Na edição 144 de 1939, a cartilha possui seis ilustrações, todas em preto e branco. Além disso, o método usado é o da silabação (método sintético), nesta cartilha se tinha 33 lições, nas últimas páginas contêm cerca de oito pequenos textos, dois textos são narrativos, três são poemas e três textos são narrativas sem separação de sílabas, detalhe, a maioria dos textos abordam assuntos relacionados ao bom comportamento segundo o autor.

Vale ressaltar, que ao longo do tempo, diversos estudiosos passaram a buscar métodos alternativos ao modelo sintético com o objetivo de transformar o processo de alfabetização no Brasil. Essas propostas diferiam entre si e gradualmente se distanciaram da abordagem tradicional que era associada à prática jesuítica.

O primeiro método a ser abordado é o método analítico. Nesse procedimento, o processo de alfabetização não começa pelas sílabas isoladas, ao contrário, os alunos são levados a considerar a palavra em sua totalidade. Variantes desse modelo incluem a palavrção, a sentencição e as historietas (contos e histórias). O que seriam palavrção, a sentencição e as historietas?

O método da palavrção tem o foco no aprendizado de palavras por meio de associações imagéticas: o vocábulo é apresentado juntamente com uma ilustração. “Para que se enquadre nessa abordagem, a palavra deve ser trabalhada em sua composição e decomposição” (Pereira et al., 2013).

A sentencição também é uma variação do modelo analítico, cuja unidade de trabalho é a sentença. Inicialmente, apresenta-se uma frase que o aluno reconhece e compreende, em seguida, procede-se à divisão dessa sentença em palavras e, posteriormente, em sílabas. Assim, a ideia é que o aprendizado ocorre do complexo para o simples, partindo do sentido global para as unidades que o constituem.

No que se diz respeito às historietas (contos e histórias) e às canções, o procedimento aproxima-se do anterior no que concerne ao uso de textos significativos. O aluno tem contato inicial com pequenas narrativas ou letras musicais e, a partir da compreensão do enredo, passa a identificar palavras e sentidos. “A ideia central é que ler consiste em descobrir o que está escrito, privilegiando o sentido antes da análise silábica”. Esse recurso torna o trabalho mais interativo e conectado às experiências dos alunos.

Nesse contexto, percebe-se que as cartilhas funcionavam como ferramentas didáticas relevantes. Apolinário (2012) analisa a Cartilha Analítica, 32ª edição (1930), de Arnaldo de O. Barreto, publicada pela Livraria Francisco Alves. Essa cartilha apresenta, em todas as páginas, ao menos uma gravura e, no período entre as décadas iniciais do século XX, foi bastante recomendada pelo governo de São Paulo como material de apoio. Inicialmente, o texto da cartilha é simples e gradualmente aumenta de complexidade, favorecendo o trabalho com textos e pequenas histórias que permitam a análise de sílabas e fonemas. Frade (2007) destaca o uso de cartões de fixação que relacionam palavras a gravuras como procedimento didático eficaz.

Outra cartilha relevante, aprovada e adaptada pelo governo de São Paulo, foi publicada por Monteiro Lobato & Cia. Destinada ao 1º ano, a obra de Benedito Tolosa traz cerca de 42

ilustrações e foi organizada para uso em sala de aula (Apolinário, 2012). Segundo Apolinário, o autor acreditava que o quadro era um instrumento pedagógico central e, por isso, adaptou a cartilha para uso nesse suporte. Para ele, alfabetizar não se reduz a um ensino mecânico: tratase de um processo complexo que desenvolve as capacidades dos discentes.

Diante das diferenças entre os métodos sintético e analítico, emergiu o método misto, cuja intenção foi articular aspectos considerados vantajosos em ambas as tradições, buscando um ensino mais equilibrado e adaptável às necessidades escolares.

Nesse modelo, a cartilha Ilustrativa (1936), de Júlio de Faria e Souza, exemplifica a vocação didática desses materiais. Estruturada com uma ilustração por página, divide-se em duas fases: uma fase inicial com dez dias de exercícios orais, destinados a promover a adaptação do aluno à escola; e uma fase de preparação com 16 dias de atividades no quadro e na cartilha. Tais exercícios visavam relacionar os sons orais às representações gráficas, preparando o aluno para atividades de sentencição, tarefas com palavras de semelhança silábica e, por fim, para uma leitura expressiva.

Por fim, o método construtivista o mais recente entre os apresentados propõe iniciar a alfabetização a partir do conhecimento prévio que a criança traz para a escola. Ao articular esse repertório com a língua falada e a escrita, privilegia-se a prática como condição necessária para a aprendizagem.

Essas distintas abordagens marcaram fases históricas na alfabetização brasileira. Conforme Mortatti (2000), é possível identificar períodos em que diferentes métodos predominaram e se confrontaram ao longo do tempo.

A primeira fase (1876–1890) caracterizou-se pela disputa entre adeptos do método sintético e defensores de propostas então consideradas inovadoras, como a palavrção, associada à prática escolar de João de Deus e difundida por Antônio da Silva Jardim no início da década de 1880.

O segundo momento (c. 1890–meados da década de 1920) foi marcado por uma intensa disputa entre defensores dos métodos analítico e sintético. Ao longo desse período, sobretudo a partir da virada do século, os proponentes do analítico passaram a publicar cartilhas e artigos que fundamentavam a adoção desse modelo nas escolas.

No interior desse momento encontra-se, ainda, um tipo particular de disputa entre os defensores do método analítico, permitindo classificá-los em “mais modernos” e “modernos”. Esse tipo de disputa se trava a respeito do modo de processar o método analítico – a palavrção, a sentencição ou a “historieta” – de acordo com a biopsicologia da criança e acaba por fundar uma nova tradição: o método analítico como “bússola da educação” (Mortatti, 2000 p. 93). O

terceiro momento abrange aproximadamente os meados da década de 1920 até o final da década de 1970, período em que se confrontaram defensores do analítico e dos métodos mistos. A quarta fase tem início no começo da década de 1980 e se estende até os dias atuais, marcada pelo embate entre concepções construtivistas e tradições mais conservadoras.

6.2.2 A alfabetização atualmente

Atualmente, as práticas de alfabetização incorporam diversos métodos voltados a uma trajetória pedagógica mais inclusiva. Autores como Meira defendem uma postura em que os alunos participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem, o que favorece aprendizagens mais significativa.

Entre as abordagens contemporâneas destacam-se:

Método ativista: incentiva a autonomia e a participação dos alunos por meio de tarefas que exigem reflexão e debate.

Método freiriano: centra-se na conscientização crítica da realidade, promovendo uma relação dialógica entre professor e aluno e valorizando experiências de vida e interesses dos educandos. Método logosófico : proposto por Carlos Bernardo González Pecotche, prioriza o autoconhecimento e o aperfeiçoamento individual mediante processos de reflexão consciente.

Essas abordagens valorizam a participação do aluno e aproximam-se da perspectiva defendida por Meira, ao deslocar práticas meramente mecânicas em favor de processos mais ativos e contextualizados. Além das inovações metodológicas, observa-se que as cartilhas perderam centralidade como único material didático.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece o compromisso da educação básica com a alfabetização plena e com a oferta de formação continuada para a leitura, favorecendo a priorização da leitura na escola. Para combater o analfabetismo, foram instituídas políticas como a Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765) e programas como o Brasil Alfabetizado, cujo objetivo é alfabetizar jovens (a partir de 15 anos), adultos e idosos que ainda não concluíram esse processo.

Mesmo com leis e programas, a educação formal enfrenta desafios persistentes, que ficaram mais visíveis com a pandemia de COVID-19 em 2020. Pesquisas e relatórios apontaram que crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas foram desproporcionalmente afetados no acesso à educação. Estudos indicam elevadas taxas de exclusão e desigualdades raciais no sistema educacional.

Esses dados encontram respaldo em levantamentos do IBGE: no Censo de 2022, entre pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais, 7,4% eram analfabetas, ao passo que a taxa entre pessoas brancas foi de 3,4%.

6.3 ALFABETIZAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

Para iniciarmos esse debate, é preciso entendermos o que são territórios quilombolas. Segundo Almeida (2002) o termo quilombo não se trata de um grupo isolado ou de uma população estritamente homogênea, mas, são grupos que desenvolveram práticas diárias de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e consolidação de um território próprio.

Dessa maneira, as comunidades quilombolas não são totalmente diferentes da sociedade em geral; essas comunidades possuem características semelhantes às demais, porém elas vivem em luta diária para a preservação das suas raízes ancestrais.

Muitos dos direitos institucionais que as comunidades quilombolas possuem no ambiente escolar foram assegurados pela Constituição Federal e por diversas leis, mas precisamos destacar que essas leis surgiram a partir de luta, resistência e movimentos negros, a luta negra sempre foi importante para a partir daí se resolver os seus problemas como diz a seguir.

A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (Pinto, 1993 apud Domingues, 2007, p. 101).

Segundo Domingues (2007) o movimento negro teve fases importantes, a primeira fase do movimento negro teve como marco central a proclamação da república, segundo o mesmo, já a segunda fase foi marcada pelos movimentos negros serem vistos como violenta repressão política, nessa fase foram realizadas ações de promoção de debate e divulgações nos meios da imprensa, direcionado para os direitos jurídicos, médicos e educacionais dos negros e o movimento permanece na luta por igualdade e liberdade racial.

Já no que se diz respeito às leis, a principal lei educacional para a população negra, foi a de número 10.639/2003. Segundo o ministério da educação, no dia 9 de janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei, com a implementação dessa lei se tornou obrigatório a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos das escolas públicas e

privadas, essa lei se tornou tão importante que ela alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação).

Porém, segundo a análise de Nilma Lino Gomes, após a implementação da lei 10.639, persistem alguns desafios nas escolas, o desconhecimento da legislação, falta de formação específica e a inexistência de materiais didáticos são alguns problemas que não inviabiliza a importância dela, pois, essa lei surgiu como política afirmativa que tem por objetivo fazer uma correção da desigualdade, construir oportunidades e preza pela valorização e reconhecimento da história negra.

Sendo assim, a implementação da cultura no processo de ensino e aprendizagem, preserva a cultura, e o resgate de identidade ocorrem gradativamente, essa abordagem nas escolas é capaz de resgatar as memórias, promover o orgulho e o entendimento de suas raízes, além dos alunos desenvolverem uma maior compreensão do assunto tratado em sala por estar ligado ao cotidiano deles.

Posto isto, ao se tratar da alfabetização e letramento em comunidades quilombolas, além de produzir o conhecimento da leitura e escrita o correto é implementar a cultura (afro) dos discentes durante o aprendizado, como afirma a resolução CNE/CEB nº8, de 20 de novembro de 2012 (Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica) ao falar que,

as escolas quilombolas têm direito a um projeto pedagógico que respeite a cultura e história do local, materiais didáticos e professores que valorizem os valores ancestrais do local, além de proporcionar um ambiente estruturado para que os alunos aprendam os assuntos e valorizem os saberes comunitários.

Sendo assim, as abordagens de práticas culturais em ambientes escolares e os direitos institucionais, possibilitam novas estratégias para os docentes e a gestão escolar trabalhar com os alunos, os professores podem desenvolver atividades de dança afro-brasileira, músicas, elementos gastronômicos, artesanatos, além de possibilitar a organização de eventos, festivais, feiras culturais e exposições que desenvolve uma aprendizagem participativa e um movimento de preservação cultural no território quilombola. Com essas abordagens culturais nas escolas, o currículo educacional se torna inclusivo e favorece o desenvolvimento do PPP (projeto político pedagógico).

A formação específica dos professores para trabalhar em territórios quilombolas vem se destacando, embora, poucos professores tenham esse tipo de formação, atualmente, temos

implementações de programas e algumas políticas vêm sendo efetivadas, temos a política nacional de equidade, educação para as relações étnico-racial e a educação escolar quilombola.

O documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental, também fala da educação escolar quilombola e reforça a importância histórica das comunidades, como diz a seguir.

a Educação Escolar Quilombola (EEQ) exige pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-cultural, ao contexto local e ao percurso histórico de cada comunidade, observando os princípios constitucionais e os princípios que regem a Educação Básica brasileira, tanto nas escolas quilombolas como nas escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas, durante a elaboração do trabalho. (p. 61)

Mesmo com as leis e constituições federais, muitas escolas persistem em seguir o método tradicional, esse método, por muitos autores, é visto como conservador, conhecido como transmissão de conhecimento, e não valoriza a cultura dos discentes. Koff (2006) observou que muitas pesquisas realizadas no Brasil têm mostrado que as escolas costumam ter uma cultura rígida, as abordagens se concentram apenas na transmissão de conhecimentos, como se os alunos fossem depósitos a serem preenchidos. A tentativa de exclusão da cultura africana e dos povos de origem e de descendência afro nas escolas sempre ocorreu, como afirma abaixo Fonseca ao mostrar que dentro da colonização o acesso a esse público foi negado.

As autoridades brasileiras e coloniais escravocratas negaram aos negros a inclusão e permanência à esfera intelectual, assim, a prática da educação formal e a presença dos escravos na escola foi considerada uma ameaça à estabilidade social da época (Fonseca, 2001 *apud* Campos; Gallinari, 2017 *apud* Ministério da Educação)

Sendo assim, o acesso às escolas é considerado para todos, o Brasil possui políticas e leis para melhorar a educação em territórios tradicional, porém, nem todos se sentem pertencentes ao ambiente escolar, pois, muitas escolas segundo Koff (2006) seguem o modelo tradicional e não implementa a cultura dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, por isso, a implementação da cultura afro-brasileira nas escolas, vai além de ter mais disciplina ou aprender coisas da cultura negra, essa implementação é um resgate histórico e de luta negra.

6.4 MEMÓRIAS, ORALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL

Historicamente, falando, muitas das grandezas trazidas pelos povos africanos escravizados e trazidos para o Brasil eram vistas como inferiores; suas culturas eram

invisibilizados e associadas a coisas ruins. neste período, os cantos, rituais, histórias, lembranças e saberes tradicionais eram passados dos mais velhos para os mais novos; essa transmissão de conhecimento era a maneira de ensinar às crianças a manter vivas as tradições; um exemplo disso são as tradições e rituais das religiões de matriz africana. No período escravocrata a religião era associada a interpretações pejorativas e que não deveriam ser realizadas, o que fez com que se mantivessem vivas as tradições da oralidade. O escritor Bovini, em 2001, afirma que a oralidade é a troca direta de palavras que permite a transferência de experiências entre o grupo e é um meio em que as histórias atravessam gerações, e, ao entender a importância da oralidade para manter a religião viva, podemos ver a potencialidade que ela possui.

No âmbito educacional, é importante destacar que, no início da história da educação formal no Brasil, o ensino era conduzido pelos jesuítas, e a maior parte da população de origem africana não tinha acesso às escolas. Diante disso, o aprendizado sobre a vida em sociedade ocorria principalmente por meio da oralidade. Assim, mesmo sem domínio técnico ou acesso ao conhecimento formal, as pessoas aprendiam com os mais velhos tudo o que era necessário para seu desenvolvimento: ofícios como pescar, plantar e caçar; além de cuidar da casa, cozinhar, preparar remédios e realizar outras atividades essenciais para a sobrevivência em comunidade.

Posto isto, para muitos a oralidade pode ser um simples meio de comunicação, mas, como demonstrado ela é importante para os povos indígenas e quilombolas do Brasil. A importância dos saberes transmitidos através da oralidade pelos povos mais velhos é tão importante para as histórias, construção social e para essas comunidades, que o pensador africano Amado Hampâté Bâ, defende que “cada ancião que morri é uma biblioteca que se queima” a associação a biblioteca representa a grandiosidade de saberes adquiridos durante a sua trajetória de vida.

Vale ressaltar, que por muitos dos conhecimentos não estarem presentes em livros, jornais, fontes escritas e não terem base empírica, durante muitos anos acreditavam que esses povos não possuíam saberes, mas é importante ressaltarmos que esses espaços possuem saberes diferentes, como afirma Borges (2024) que em sua obra ele defende que o conhecimento não se limita apenas ao ambiente escolar, mas se constrói em sociedade, em movimentos de resistência e celebrações na comunidade.

Portanto, a valorização da oralidade e a implementação dela no ambiente escolar se tornaram fundamentais para os discentes se sentirem pertencente ao ambiente e tenham a sua cultura previa inserida.

Assim, reconhecer e integrar as memórias, a oralidade e os saberes tradicionais no ambiente escolar não apenas fortalece a identidade cultural dos estudantes, mas também promove uma educação mais plural, inclusiva e significativa. Ao valorizar essas formas de conhecimento, a escola se torna um espaço de respeito às diversidades, rompendo com uma lógica histórica de silenciamento e invisibilização dos povos indígenas, quilombolas e afrodescendentes no Brasil. Desse modo, compreender a oralidade como patrimônio cultural e como prática pedagógica é um passo essencial para a construção de uma educação que acolha, legitime e celebre as múltiplas maneiras de produzir e transmitir saberes.

7 METODOLOGIA

Vale ressaltar que muitos confundem a diferença entre método e metodologia, é importante destacar que a metodologia ela vai além do que descrever os procedimentos, técnica ou o meio de fazer a pesquisa, a metodologia indica a escolha teórica optada pelo pesquisador. De acordo com a obra de Fonseca (2002), metodologia é denominada como o caminho a ser traçado durante um estudo, pesquisa ou ciência.

Posto isto, na metodologia desse trabalho a pesquisa qualitativa estará inserida, segundo André (1995, p. 17) a pesquisa qualitativa observa os fatos naturais, por isso, ela também é conhecida como “naturalista”, esse método será utilizado com o objetivo de observar os fatos na comunidade e trazer evidências confiáveis e importantes no que diz respeito à educação escolar em um território tradicional de São Braz e a partir disso entenderemos como as práticas pedagógicas da escola local valoriza e fortalece a identidade cultural da comunidade .

A pesquisa quantitativa vem tomando uma grande visibilidade na área de estudos voltadas para a educação, porém, a pesquisa qualitativa tem a sua raiz na área das ciências sociais por volta do século XIX. Além de ter Max Weber como um importante construtor da pesquisa qualitativa segundo André (1995, p. 17)

Além disso, esse método melhor se qualifica na pesquisa, por não dividir as informações em números/dados isolados, com esse método descreverei as vivências dos moradores estudados de uma maneira rica e esclarecedora.

7.1 TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS

No que se trata da técnica de recolha de dados, a entrevista será semiestruturada, às perguntas seguirá um modelo padronizado, o formato será aberto para que se inicie um diálogo e se alcance uma maior compreensão do que os entrevistados querem pontuar.

Segundo Patton, M. Q. "A entrevista semiestruturada é uma das técnicas de recolha de dados mais eficazes e detalhadas, pois permite ao entrevistador explorar tópicos em profundidade enquanto mantém um foco em questões-chave.

Na perspectiva de Trivinos (1987.p.146) a característica da entrevista semiestruturada é os questionamentos básicos que são apoiados por teorias, hipóteses e que estão relacionados com a pesquisa. Já Manizini (1990/1991, p.154) afirma que a entrevista semiestruturada deixa o entrevistado a vontade para responder as perguntas sem se preocupar com os padrões, mas, para isso é preciso um questionário com perguntas claras e simples.

Mesmo se expressando de maneiras diferentes, os autores reforçam a perspectiva de ser um método eficaz e de grande importância para quem busca fazer uma pesquisa mais flexível e que deixe tanto o entrevistador como o entrevistado à-vontade, é por isso que esse método será utilizado.

7.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Após a coleta de dados será realizado a análise de conteúdo, essa fase será essencial por ser um método que leva em consideração o contexto em que se é falado e não só o que é explícito durante a entrevista, como afirma Moraes (1999) ao dizer que uma fala pode ter vários significados e o que faz com que o pesquisador entenda é relacioná-lo ao contexto.

O contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer Análise de Conteúdo. Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador. Isto estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai depender do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos materiais sob análise. (Moraes, 1999, p. 3).

Além do mais, durante as entrevistas os públicos-alvo serão divididos por idade/grupo, as informações também serão passadas por idades, dessa maneira teremos as faixa-etárias de idade que durante a alfabetização teve o conhecimento da cultura, o grupo que mais se sentiu

conectado com o processo alfabético e consequentemente o grupo que mais compreende sobre a cultura local com uma visão mais crítica e reflexiva.

O primeiro grupo a ser entrevistado será a geração mais velha de 40 até 50 anos, esse grupo será o que vivenciou a educação mais diferente da atual, no segundo momento será os adultos de 28 a 39 anos de idade, esse público será a geração intermediária, em terceiro momento os jovens, esses serão os últimos a serem entrevistados.

Posto isto, em primeiro momento será levantado as referências bibliográficas, depois de estudar e compreender os artigos, confeccionarei as perguntas que serão claras e abertas para uma maior compreensão, seguirei a campo, analisarei o conteúdo e por fim descreverei neste documento final.

8 CRONOGRAMA

	Janeiro Março 2027	Marco junho 2027	Julho Setembro 2027	Setembro Dezembro 2027	Março junho 2027	Junho Setembro 2027
Levantamento bibliográfico	X					
Fichamento dos textos	X					
Coleta de fontes		X				
Organização e entrevistas			X			
Organização do relatório				X	X	
Redação do trabalho					X	
Revisão e redação						X
Entrega final						X

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006

APOLINÁRIO, Mariana Aparecida. **Estudos preliminares sobre cartilhas produzidas na década de 30 e seus métodos de alfabetização**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2012.

BOMFIM, Natanael Reis; SANTOS, Thaís Souza dos; LIMA, Luciana Bispo Brasileiro. As representações sociais sobre a linguagem como mediadora de aprendizagens significativas. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, v. 19, n. 31, p. 170-190, jul./dez. 2014. ISSN 2526-8449 (eletrônico); 1518-0743 (impresso).

BONVINI, Emilio. TRADIÇÃO ORAL AFRO-BRASILEIRA: AS RAZÕES DE UMA VITALIDADE. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* v. 22 (2001)

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Santo Amaro – Panorama. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama> Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. LDB : **lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 5. Ed. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº ____/2020: **Diretrizes Nacionais Operacionais para Qualidade das Escolas Quilombolas**. Relatora: Suely Melo de Castro Menezes. Brasília, DF, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. São Paulo

FERNANDES, Mariana Belen. **Relatório Antropológico de Contextualização Histórica e Geográfica do Território da Comunidade Quilombola São Braz município de Santo Amaro/BA**. Salvador, 2014 .

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. ed. RJ, Paz e terra. 2005

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir. **Alfabetização e Letramento como negar nossa história**. Disponível em: <http://culturadigital.br/obviuss/2010/07/22/alfabetizacao-e-letramentocomonegar-nossa-historia/> acesso em: 2 out. 2025.

GOMES, Irene; FERREIRA, Igor. Em 2022, **analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Agência IBGE Notícias, Brasília, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 17 nov. 2025 .

HALBWACHS, Maurice. **A memória**. São Paulo, edição vértices, 1990

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. **Alfabetizar letrando na EJA**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência apresentada no Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do MEC, Brasília, 27 abr. 2006.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **ABC do Alfabetizador**. Alfa Educativa Belo Horizonte: MG, 2003.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. Tradução de Maria Luísa Lima. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

PEREIRA, Cleuzira Custodia; VITÓRIA, Geandra Santos da; SANTOS, Neice Ferreira dos; MACHADO, Silvana C. Da Silva. **Alfabetização: métodos e algumas reflexões**. Caldas Novas: Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS, 2013

ROJO, R. H. R. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Referencial curricular da Bahia: educação infantil e ensino fundamental anos iniciais e finais**. Salvador: Secretaria da Educação, 2019.

SILVA, Gleidson Santos da. Das disposições legais: uma breve análise das leis educacionais do Império (1827-1854). Periódicos UFS, Disponível em: Portal de Periódicos UFS <https://share.google/XpUA8r4Z6Wg5c8Vho> Acesso: 11 nov. 2025 .

STREET, B. Letramentos sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caderno do professor / Magda Becker Soares; Antônio Augusto Gomes Batista**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em

Educação. São Paulo: Atlas, 1987.